

Educação museal – o museu no contexto da pessoa cega e com baixa visão

Museum education in the context of blind and low-vision people

Andréa Machado¹
Ernesto Jacob Keim²

RESUMO

Este texto é decorrente da investigação para a dissertação de mestrado, vinculada à pesquisa “Filosofia e epistemologia na educação latino-americana no contexto da diversidade”, que faz parte do programa de pesquisa desenvolvido junto ao grupo de pesquisa Filosofia e Educação Educogitans, no Programa de Mestrado em Educação da Universidade Regional de Blumenau (Furb), que tem como propósito aprofundar o estudo sobre o museu e sua função social a fim de pesquisar os caminhos que garantam o acesso permanente para pessoas cegas e com baixa visão nos espaços museais, proporcionando ações museológicas que contribuam para o processo de sensibilização, bem como a apropriação de conhecimentos e também a revivência e ressignificação das memórias. No que diz respeito à universalidade de acesso às instituições museológicas, os museus estão trabalhando no sentido de se adequarem às normas do Estatuto de Museus (Lei nº 11.904/2009). Entretanto, poucas ações permanentes são realizadas no campo museológico para as pessoas cegas e com baixa visão, principalmente no que se refere à comunicação do patrimônio e do acervo. Assim, esta pesquisa é relevante para a inclusão social e em especial chama a atenção para caracterizar a função educativa dos museus, caracterizada neste texto como “educação museal”.

Palavras-chave: Museu. Educação museal. Deficiência visual. Ações museológicas.

ABSTRACT

This text results from investigation associated with Master Dissertation in the area of Philosophy and Epistemology in Latin American Education in the context of diversity, as part of research developed by research group Philosophy and Education Educogitans in the Education Masters Program [*Mestrado em Educação*] in the Regional University of Blumenau (Furb), which aims to deepen the study of the museum and its social function in order to find the ways to ensure permanent access for blind and low vision persons in museological spaces, providing museological actions that contribute for the sensitization process, as well as the appropriation of knowledge and also the revival and redefinition of memories. With regard to the universality of access to museum institutions, museums are working to fit the norms of the Statute of Museums (Law No. 11.904/2009). However, few permanent shares are held in the museum field for blind and low vision especially with regard to the statement of equity and assets. Thus, this research is relevant to social inclusion and in particular calls attention to characterize the educational function of museums, characterized in that text as museum education.

Keywords: Museum. Museum education. Visual impairment. Museological actions.

¹ Professora de história, mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Regional de Blumenau (Furb) e membro do grupo de pesquisa Filosofia e Educação Educogitans. Bolsista de demanda social da Capes. *E-mail:* profesandreamachado@gmail.com

² Professor doutor do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Regional de Blumenau (Furb) e orientador do projeto de pesquisa. *E-mail:* ernestojacobk@gmail.com

1. Introdução

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2010, mais de 6,5 milhões de pessoas no Brasil têm alguma deficiência visual. Destas, 528.624 são cegas – quando há a perda total da visão ou pouquíssima capacidade de enxergar – e 6.056.654 têm baixa visão ou visão subnormal – que se caracteriza pelo comprometimento visual dos olhos, mesmo após tratamento ou correção. Outros 29 milhões de brasileiros declararam ter alguma dificuldade permanente de enxergar, ainda que usando óculos.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) destaca que as principais causas de cegueira no Brasil são: catarata, glaucoma, retinopatia diabética, cegueira infantil e degeneração macular. O maior número de deficientes visuais se encontra na região Sudeste do país, com 2.508.587 pessoas.

Sobre a deficiência visual no mundo, a OMS informa que cerca de 40 milhões de pessoas são cegas, e outras 135 milhões sofrem limitações severas de visão, descrevendo também um dado que considera alarmante: a cada cinco segundos, uma pessoa se torna cega no mundo. Do total de casos de cegueira, 90% ocorrem em países emergentes e subdesenvolvidos, e até 2020 o número de deficientes visuais poderá dobrar no mundo. A OMS aponta que, se houvesse um número maior de ações efetivas de prevenção e/ou tratamento, 80% dos casos de cegueira poderiam ser evitados.

Diante desses dados, cabe aqui frisar que a prevenção contra a cegueira é necessária e urgente no mundo e precisa ser uma preocupação permanente de todos os segmentos sociais e do poder público, conforme orientações da OMS. Entretanto, desconstruir o preconceito sobre a perda de visão é mais urgente ainda, visto que não significa o fim de uma vida independente e produtiva.

A pesquisadora Ormelezi (2000 apud LOMÔNACO; NUNES, 2008, p. 176) lembra: “Para os pais, os profissionais e as instituições em geral, a impossibilidade do ver confunde-se com a impossibilidade do existir, do aprender, do comunicar-se, do relacionar-se, do fazer parte, entrar para a cultura e tornar-se sujeito.”

A nosso ver, para desconstruirmos os preconceitos contra a perda da visão, é necessário, primeiramente, respeitar as pessoas, bem como perceber que o nível de acuidade visual pode variar, o que determina dois grupos: cegos e pessoas videntes com baixa visão. É preciso também compreender que os dois grupos enxergam, conhecem e sentem o mundo de maneiras diferentes. Diante disso, fazem-se necessárias ações, processos, projetos e políticas públicas inclusivas diferenciadas, que respeitem as individualidades, com o propósito de tornar a sociedade inclusiva.

O educador Paulo Freire (1983, p. 29), em seu livro *Pedagogia do oprimido*, aponta caminhos para aprendermos a respeitar as pessoas e suas individualidades, um processo capaz de promover autonomia e libertação. De acordo com sua obra, um dos propósitos da educação é conhecer para compreender e compreender para transformar, porque, quando o ser humano compreende e faz uma reflexão política sobre a vida, a sociedade e o mundo, ele se torna um sujeito crítico que luta por um mundo melhor para todos.

Segundo Freire (1983, p. 23), não podemos aceitar frases como “a realidade é assim mesmo”, “não há como mudar”. Esse é o discurso de quem tem o poder e quer que tudo continue da mesma forma. Elas se caracterizam como os baluartes da naturalização, o que impede que as pessoas percebam que tudo o que lhes ocorre na sociedade tem uma dimensão de historicização. Para superá-la, Freire propõe no contexto de sua obra que a educação deve estimular a coletivização, no lugar da competitividade individualista, e a conscientização, a fim de superar a alienação (KEIM, 2011, p. 50).

As palavras de Paulo Freire lembram as de uma professora chamada Maria (nome fictício), cega de nascença que, em certo dia, no ano 2003, durante uma conversa entre amigos, desconstruiu nossos preconceitos sobre a deficiência com a seguinte ideia:

Não existe deficiência, nem pessoas com deficiência; o conceito “deficiência” foi uma ideia construída socialmente ao longo da história e é resultado do racionalismo científico, que dividiu as pessoas em categorias sociais, os “normais” e “anormais”. Dentro de uma dessas categorias dos “anormais” estão as pessoas que foram classificadas como deficientes, e mais recentemente chamadas de pessoas com deficiência. Por isso, defendo que não existe deficiência, nem pessoas com deficiência; o que existe é a diversidade humana e, dentro de suas especificidades e necessidades, pessoas com algumas limitações, que podem ser física, visual, auditiva ou intelectual. Entretanto, essas limitações poderiam ser eliminadas caso a sociedade fosse verdadeiramente inclusiva.

A ideia da professora Maria sobre o termo deficiência vai de encontro às ideias de Erving Goffman, que propõem a discussão sobre a inexistência da deficiência. Nesse sentido, Barnes (2004 apud HARLOS, 2012, p. 90) cita que as obras de Goffman “permitiram colocar em dúvida a realidade da deficiência e afirmar que se deveria entender a deficiência como um rótulo negativo que as pessoas atribuem às outras e cujo efeito é reforçado pela marginalização”.

A compreensão da professora sobre o assunto também se aproxima do pensamento de Brumer et al. (2004 apud LOMÔNACO; NUNES, 2008, p. 321), que constataram que a falta ou a redução da visão não são o principal obstáculo para a inclusão das pessoas; “caso lhes sejam oferecidas as condições de aprendizado e os meios de desenvolver e aplicar suas habilidades, têm condições de andar sozinhos, estudar, trabalhar e de participar da vida social, econômica, cultural e política da sociedade”.

A professora Maria é integrante de uma Associação de Cegos no Paraná e acredita, assim como os autores deste artigo, que, caso a sociedade brasileira e o poder público criassem ações e desenvolvessem projetos, processos e políticas efetivas de inclusão, estariam garantindo a igualdade de direitos e a equidade de oportunidades para mais de 528.624 pessoas cegas e 6.056.684 pessoas com baixa visão ou visão subnormal (dados do IBGE, 2010³).

E acreditamos que a acessibilidade precisa ser uma realidade em todos os espaços, inclusive no espaço museal. Fomentar essa discussão é o propósito principal desta pesquisa.

2. Desconstruindo os preconceitos sobre a limitação visual

Para Freire (1983, p. 65), é fundamental para a autonomia e a libertação a dialogicidade verdadeira, em que os sujeitos dialógicos aprendem e crescem na diferença. Isso se dá na medida em que, por meio da diversidade, se desenvolvam posturas caracterizadas pelo conhecer e se colocar no lugar do outro, para então compreender que as pessoas enxergam de diferentes formas e, em alguns casos, precisam desenvolver outros sentidos para ver, sentir e compreender o mundo.

Como somos uma sociedade visual, é complexo se colocar no lugar do outro e desconstruir o preconceito a perda da visão. Para tanto, poderíamos citar aqui relatos sobre a história de vida de algumas pessoas cegas que foram ou são importantes para a humanidade, entre elas Helen Keller, célebre escritora, filósofa, conferencista e ativista das causas sociais, cega e surda desde os 19 anos; José Espíndola Veiga, autor dos livros *A vida de quem não vê* e *O que é ser cego* e tradutor de duas obras de Helen Keller: *História de minha vida* e *Minha vida de mulher*, ou, ainda, a história dos famosos Ray Charles, Stevie Wonder, Andrea Bocelli, Homero, entre tantos outros.

Entretanto, conhecer parte da história de vida da professora Maria, uma “pessoa comum”, e de sua família pode auxiliar a fazer refletir sobre a realidade vivenciada pelas pessoas cegas (Maria) e pelas pessoas com baixa visão (João) e reafirmar que a falta de acessibilidade causa a exclusão social.

Maria nasceu na cidade de Capanema, no Paraná, e desde a infância tem ciência de suas limitações visuais. Quando questionada sobre como convive com a cegueira, responde que tem uma vida semelhante à das outras pessoas. Desde a infância foi estimulada a viver com liberdade e autonomia, como as crianças de sua idade, sem restrições em relação às brincadeiras, educação escolar, atividades esportivas e de lazer, execução das

³ Disponível em: <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/indicadores/censo-2010>>.

tarefas domésticas, compromisso com a vida comunitária e religiosa ou cumprimento das responsabilidades apropriadas para sua idade.

Ao que parece, recebeu o mesmo estímulo dos professores, pois, segundo dois amigos em comum que estudaram com ela em uma escola pública, não existiram diferenças no processo de ensino e aprendizagem entre ela e os demais estudantes. Seus colegas de turma apenas se lembravam que Maria é cega quando prestavam atenção nos sons emitidos por sua máquina de escrever em braille.

Os dois amigos relataram que a turma costumava fazer uma disputa com Maria “para ver” quem escrevia mais rápido: “a máquina” ou “a caneta”, e costumavam “reclamar”, em tom de brincadeira, que era “disputa desleal”, porque Maria “sempre ganhava na brincadeira”. A estudante dedicada concluiu o curso de graduação em pedagogia, atuou como professora de música em uma associação de cegos e na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae), sendo, atualmente, funcionária pública, trabalhando como telefonista na Prefeitura de Capanema (PR).

Por muitos anos, trabalhou como vocalista de um grupo musical e como locutora em uma rádio. Participou de eventos esportivos como atleta, representando sua cidade, viajando para outros estados e, em muitas ocasiões, sozinha. É politizada, participa dos movimentos em defesa da igualdade de direitos e oportunidades para as pessoas com deficiência visual e integrante de uma associação de cegos.

Maria chama a atenção pela preocupação com a aparência e conta com o auxílio de vendedores, assim como a maioria das pessoas, para comprar suas roupas, maquiagem, acessórios, cremes e perfumes, mas deixa claro que conhece os tecidos e que, apesar de não ter a memória de cores, sabe quais combinam com sua personalidade.

Casou-se com João (nome fictício), que nasceu com glaucoma congênito e tem baixa visão. As limitações da visão não foram barreiras para que João vivesse com qualidade de vida e realizasse seus sonhos, mas as barreiras impostas pelo meio dificultaram muito esse processo. Sempre estudou e trabalhou e é funcionário público; exerce a função de técnico em informática.

O casal participa de atividades políticas, de lazer e viaja para muitos estados. São ativos na comunidade, tocam instrumentos musicais, cantam e dançam e às vezes colocam os observadores em dúvida sobre quem tem deficiência visual, se os observadores ou o casal.

Assim que se casaram, resolveram comprar um apartamento e morar sozinhos. Realizam todas as atividades domésticas juntos, como: limpar, cozinhar, lavar e passar roupa etc. Costumam organizar festas para receber em casa os familiares, parentes e amigos, como qualquer outro casal.

No ano 2010, resolveram ter um filho, Pedro (nome fictício), e, recentemente, compartilharam com os familiares e amigos a feliz notícia de que estão esperando o segundo filho. Para o casal, não há dificuldades em aumentar a família, pois são felizes, realizados profissionalmente e se sentem preparados para cuidar dos filhos e educá-los com liberdade, autonomia, responsabilidade e cientes das inúmeras dificuldades que precisam enfrentar todos os dias e da necessidade de continuar lutando por uma sociedade inclusiva.

O casal tem consciência de que essa luta é diária e permanente, haja vista que a pessoa cega convive com inúmeras barreiras, ficando impossibilitada de realizar coisas simples, como localizar um banheiro público e utilizar o transporte coletivo, pois nem sempre há adaptação às necessidades dos usuários, deslocar-se com segurança até a escola, universidade, hospitais, farmácias, supermercados, lojas, prefeitura, fórum, danceterias, clubes, restaurantes, parques, museus, bibliotecas, cinemas e aeroportos, para citar alguns exemplos.

Muitas barreiras causam limitações e falta de autonomia para as pessoas cegas; citamos a falta de instalação de pisos táteis, que auxiliam no deslocamento, principalmente nas ruas. No entanto, cabe frisar que nem sempre o piso tátil é sinônimo de solução, pois em muitos casos é instalado de maneira inadequada, desalinhado, sem continuidade entre os imóveis, causando acidentes. Não é incomum encontrarmos casos em que o piso tátil termina defronte um muro ou é instalado entre postes, orelhões, caixas de correio ou lixeiras.

Quando a pessoa cega consegue chegar ao destino desejado, enfrenta outro problema: a barreira manifestada pela linguagem, uma vez que o braille é pouco utilizado nos espaços e equipamentos, públicos ou privados. Se esse recurso fosse efetivamente adotado, facilitaria muito o dia a dia dessas pessoas.

Raramente o braille é usado em embalagens e manuais de produtos, bulas de remédios, cardápios de restaurantes, listas telefônicas, materiais informativos e de divulgação, horários e itinerários do transporte coletivo ou aeroportos, estando também ausente de catálogos dos acervos de bibliotecas, museus, arquivos, entre outros.

A comunicação sonora e o acesso aos aplicativos de localização são muito importantes e deveriam ser usados nas vias e espaços públicos, principalmente nas faixas para pedestres, bem como o Sistema Braille, com o propósito de orientar sobre o caminho a seguir e evitar acidentes.

No caso das pessoas com baixa visão, o acesso à comunicação também precisa ser garantido nos espaços sociais e urbanos por meio de recursos complementares, como material impresso com escrita ampliada, recursos óticos específicos e recursos *on-line* com imagem ampliada.

No campo museológico, cabe aqui ressaltar que a questão referente à acessibilidade continua na pauta das discussões da Política Nacional de Museus, e as instituições museológicas estão caminhando para implementar ações inclusivas voltadas para diferentes públicos.

Entretanto, observamos em 12 museus visitados nos estados de Minas Gerais, São Paulo, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul que as pessoas cegas e com baixa visão ainda não têm garantia de acesso permanente ao espaço museal. Assim, vamos abordar essa questão na sessão que segue.

3. As mudanças na Política Nacional de Museus

Os museus no Brasil têm como princípio “a valorização da dignidade humana, a promoção da cidadania, o cumprimento da função social, a valorização e preservação do patrimônio cultural e ambiental e a universalidade do acesso, o respeito e a valorização da diversidade cultural”.⁴

E, para cumprir efetivamente a função social dos museus, o Brasil vem traçando o rumo da Política Nacional de Museus, embasada nas definições estabelecidas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e pelo International Council of Museums (Icom), que tem aproximadamente 27 mil membros, representantes de 146 países, que definem os objetivos e as políticas de museu.

Uma grande mudança no setor museológico brasileiro foi a aprovação da lei de criação do Estatuto de Museus (Lei nº 11.904/2009), amparado nas definições do Icom, que vem discutindo o tripé de sustentabilidade do campo museológico: pesquisa, preservação e comunicação, que envolve a educação museal.

O Estatuto de Museus estabeleceu normas e orientações sobre a missão dos museus, que deve ir muito além da salvaguarda e preservação de acervos e coleções, que, em muitos casos, têm fim em si, dissociado da realidade. E a boa notícia é a seguinte: caso os museus brasileiros não se adaptem às regras estabelecidas pelo Estatuto de Museus, de cumprir sua função social e garantir universalidade de acesso, vão perder o *status* de museu.

Atualmente, no Brasil, existem mais de 5 mil instituições museológicas, subdivididas em diferentes categorias: museus históricos, museus de arte, museus de ciências, museus temáticos, museus biográficos, casas de memória, museus comunitários, museus de bairros, museus das cidades, museus militares, museus arqueológicos, ecomuseus etc. Infelizmente, para muitas dessas instituições a preservação e a salvaguarda continuam sendo a preocupação primordial, em detrimento da pesquisa e da comunicação.

⁴ Disponível em: <<http://ibram.gov.br/>>.

Outra grande mudança no setor museológico ocorreu em 2011, quando o Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) apresentou as bases para a construção coletiva do Programa Nacional de Educação Museal (Pnem) e sugeriu aos interessados nove eixos temáticos para discussão, entre eles acessibilidade e museu.⁵

Com a construção do Pnem, a comunicação do museu por meio da educação museal tende a se fortalecer nas instituições museológicas, e a exigência será investir na formação, capacitação e qualificação das equipes de educadores de museus, que vão trabalhar com o Programa Educativo Cultural, que tem como propósito definir a missão na área da educação de museu a partir da missão institucional do museu.⁶

Muitas mudanças vêm ocorrendo no campo museológico em todos os 146 países que integram o Icom, mas cabe destacar que a prática museológica para o social já vem sendo discutida ao longo da história, sendo antiga a preocupação com a função social do museu.

Scheiner (2012, p. 16) lembra que, “desde a década de 40 e 50, teóricos como Rivière, Kinard, Jahn, Glutinsky, Nestupny, Vazques e Stránsky vêm desenvolvendo iniciativas pioneiras no campo museológico e elaborando teorias sobre a definição de museu”.

Segundo a definição de museu do Icom, aprovada em assembleia geral em Barcelona, na Espanha (2001), que fundamenta o Plano Nacional de Museu e o Estatuto de Museu: “Museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público e que adquire, conserva, investiga, difunde e expõe os testemunhos materiais do homem e de seu entorno, para educação e deleite da sociedade.”⁷

Essa definição de museu é o resultado dos debates que se prolongam desde a década de 1940 e se aprofundaram durante os anos 1980. Os debates em torno da função social dos museus foram sendo ampliados, e foi nesse contexto que, conforme Scheiner (2012, p. 10), na América Latina e no Caribe, “foi criado o mais importante grupo de estudos teóricos sobre museologia, o Subcomitê Regional do Comitê Internacional de Museologia – Icofom-LAM, responsável pela produção sistemática de teoria museológica em português e espanhol”.

As discussões teóricas continuam no campo museológico, assim como a definição de museu integral, museu inclusivo e a universalidade de acesso aos museus, preocupações dos países que fazem parte do Icom.

⁵ Disponível em: <<http://www.ibram.gov.br>>.

⁶ Disponível em: <<http://pnem.museus.gov.br/>>.

⁷ Disponível em: <<http://www.icom.com.br/>>.

No que diz respeito à acessibilidade, está garantida no Decreto-lei nº 5.296/2004, e o governo federal, por intermédio do Ibram, tem disponibilizado recursos para a implementação de projetos, programas e ações para esse fim.

Os recursos podem ser acessados por editais e concursos, ou por outras vias de captação de recursos, como a iniciativa privada. O acesso facilitado aos recursos tem fomentado ações socioculturais inclusivas e práticas educativas nos museus voltadas para a promoção da cidadania.

Em relação às ações inclusivas, as instituições museológicas vêm se adequando às normas dos estatutos de museus, principalmente no sentido de garantir o acesso às pessoas com deficiência física.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) também tem incentivado e aprovado projetos de revitalização, modificações arquitetônicas e transformações nos ambientes físicos, como a construção de rampas e elevadores, e a ampliação dos espaços museológicos e culturais para garantir o acesso às pessoas com deficiência física e com mobilidade reduzida.⁸

A partir da observação das ações premiadas pelo Ibram de 2010 a 2012, verificamos que as ações inclusivas vêm crescendo nos museus e garantindo o acesso ao patrimônio e ao acervo a diferentes públicos, em especial às pessoas com deficiência física. Essas ações têm por objetivo a democratização e a universalidade de acesso nos museus, assim como a transformação desses espaços em ferramentas para a educação.

Entretanto, foi possível constatar, pelas informações encontradas no *site* do Ibram e na observação direta em 12 museus pesquisados nos estados de Minas Gerais, São Paulo, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, que são raras as ações de sensibilização para as pessoas cegas. Normalmente, as exposições sensoriais oferecidas são organizadas em um único espaço do museu e são de curta duração. Há também as exposições itinerantes, quando “o museu sai do museu” e vai até o público, que conhece apenas uma parte do acervo e das coleções.

Após conversa com curadores e profissionais que trabalham nos museus pesquisados, constatamos que a salvaguarda e a preservação integral do patrimônio, dos acervos e das coleções continuam sendo a principal preocupação das instituições. Dos museus visitados, apenas a Pinacoteca de São Paulo oferece ações permanentes para a estimulação sensorial, e um museu de Minas Gerais ofereceu fôlderes com informações sobre exposição de curta duração com escrita em braille em 2012.

⁸ Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br>>.

Os profissionais justificaram que a ação de sensibilização não pode ser implementada nas instituições em decorrência do valor histórico dos acervos e coleções, que, segundo eles, não podem ser manipulados. Fica muito claro que essa atitude de exclusão das pessoas cegas nos espaços museais ocorre por desconhecimento, haja vista que, até o momento da pesquisa, 10 profissionais entendiam que a única forma de comunicação para esse público era a interação tátil com o acervo. Apesar de desconhecer o processo de sensibilização e as inúmeras possibilidades para a comunicação no espaço museal, demonstraram muito interesse pelo assunto.

Compreendemos as preocupações dos profissionais dos museus pesquisados, pois todo cuidado é pouco com a preservação e a salvaguarda do patrimônio material, em razão do valor histórico, cultural e artístico, sendo muitos objetos únicos e de valor inestimável para a humanidade. No entanto, entendemos que tão importante quanto salvar e preservar a história é pesquisar e comunicar a história. Por isso, a acessibilidade é um desafio que precisa ser enfrentado no campo museal.

A educação museal, nesse sentido, vem mudando a história, pois o educador de museu é o principal responsável por comunicar ao público as histórias guardadas nos museus de maneira contextualizada e mediar conhecimentos.

Entretanto, o caminho a ser percorrido para garantir a acessibilidade no espaço museal ainda é longo, árduo e com muitas barreiras, que precisam ser rompidas, sendo a principal, em nosso entendimento, a barreira do desconhecimento sobre o atendimento às pessoas cegas.

4. O desafio do acesso permanente ao patrimônio e ao acervo museológico

Programar ações de sensibilização para as pessoas cegas é um desafio que precisa ser enfrentado pelo setor museológico e pelos profissionais que trabalham nessas instituições. Isso porque são poucos os profissionais na área da educação museal que estão qualificados e capacitados para criar mecanismos de comunicação que permitam o atendimento adequado a esse público e a mediação dos conhecimentos.

Uma das alternativas para a capacitação das equipes de educadores de museus é a parceria com instituições especializadas no atendimento das pessoas com deficiência visual. O educador de museu precisa receber orientações sobre a mobilidade no espaço museal, a fim de garantir segurança e autonomia durante a visitação, inclusive em visitas não guiadas ou mediadas. É preciso, principalmente, aprender a estimular a sensibilidade das pessoas para dar significado às impressões sobre o museu.

Assim, a pessoa cega pode compreender a importância dos museus para a apropriação dos conhecimentos, a revivência e a ressignificação de memórias, reconhecendo-se como sujeito histórico e de transformação na história.

A filósofa Helen Keller traduz a importância do museu quando questionada sobre o que olharia se tivesse apenas três dias de visão:

Como gostaria de ver o desfile do progresso do homem, visitaria os museus. Ali, meus olhos veriam a história condensada da Terra – os animais e as raças dos homens em seu ambiente natural; gigantescas carcaças de dinossauros e mastodontes que vagavam pelo planeta antes da chegada do homem, que, com sua baixa estatura e seu cérebro poderoso, dominaria o reino animal. Minha parada seguinte seria o Museu de Artes. Conheço bem, pelas minhas mãos, os deuses e as deusas esculpidos da antiga terra do Nilo. Já senti pelo tato as cópias dos frisos do Paternon e a beleza rítmica do ataque dos guerreiros atenienses. As feições nodosas e barbadadas de Homero me são caras, pois também ele conheceu a cegueira. (KELLER, 2002)

O relato de Hellen Keller deixa clara a importância dos museus em sua vida e que a interação com o acervo naquele momento, século XX, foi possível porque profissionais de um museu de artes tiveram a sensibilidade de compreender que as pessoas cegas enxergam o espaço museal com todos os sentidos.

A interação com o acervo e as coleções contribui para a apropriação do conhecimento. Segundo Rodrigues (2002 apud RABELLO et al., 2007, p. 282), “o contato direto com os objetos, para explorá-los tatilmente, percebendo suas formas, tamanhos, texturas e outras qualidades, favorece a percepção global, condições necessárias para a inclusão educacional da criança”.

Batista (2005 apud PAGLIUCA, 1996) lembra que não é só o tato que tem o caráter sequencial: música, discurso, livros, textos, todos são formas sequenciais de transmissão de informação e nem por isso são consideradas melhores ou piores do que a informação captada visualmente.

As pessoas cegas, diferentemente das videntes, enxergam, conhecem e sentem o mundo com todos os sentidos. Assim, o profissional de museu, ou o educador de museu, pode, pelo processo de sensibilização, estimular a percepção dos sons, cheiros, sensações e belezas do acervo e de cada espaço do museu; para tanto, o tempo de cada pessoa precisa ser respeitado.

O tempo das pessoas com deficiência visual para a contemplação, a assimilação das informações e a apropriação dos conhecimentos, que muitas vezes remete às memórias, à revivência das memórias e à resignificação dessas memórias, é diferente do tempo necessário para o público vidente.

5. O processo de sensibilização no espaço museal

De acordo com Pagliuca (1996, p. 128), “o ser humano se relaciona com o mundo através dos sentidos da visão, audição, olfato, paladar e tato”. Assim, além do potencial

visual estimulável, também os outros sentidos precisam ser estimulados durante uma visitação ao espaço museal.

Omelezi (2006 apud LOMÔNACO; NUNES, 2008, p. 121) salienta que, “na ausência da visão, há uma reorganização de toda a estrutura mental que possibilitará ao cego adquirir conhecimento sobre o mundo; os conceitos de espaço, tamanho e forma serão favorecidos pelas percepções auditivas, táteis, olfativas e cinestésicas”.

Para conhecer o espaço museal, o visitante cego precisa ser estimulado a ver, sentir e conhecer o patrimônio histórico, o acervo, as coleções e as obras de arte. A comunicação em braille, a interação tátil com o acervo, a orientação para a mobilidade com autonomia e a descrição são fundamentais, porque, conforme Pagliuca (1996, p. 128), “como o cego não tem informação visual do ambiente, ele só irá explorar os objetos dos quais já foi informado e que estejam acessíveis”.

Quando o educador de museu contextualiza a história do museu e faz a descrição da edificação, de seu entorno e dos cenários que o compõem, pode estimular as memórias, a revivência e a ressignificação dessas memórias. O educador também pode estimular a percepção dos cheiros do museu, que emanam dos cenários, dos objetos, do mobiliário, das indumentárias, assim como dos materiais usados para a construção do patrimônio arquitetônico.

Uma construção feita com pedras assentadas com terra, areia e óleo de baleia tem cheiro diferente de uma construção autoportante ou Enxaimel, construída com tijolos à vista e assoalho de madeira. Ou, ainda, uma construção feita com taipa de pilão ou taipa de mão, de chão batido e com cobertura de folhas de palmeira trançada pode ter cheiros diferentes dependendo dos elementos usados para a produção, e isso varia muito de região para região.

Do mesmo modo, se o educador instigar os visitantes a moer o café em grãos em um moinho antigo e a sentir seu aroma, além de fazê-los conhecer a tecnologia antiga e o processo de moagem, também poderá ativar suas memórias dos tempos de infância. Memórias de tempos não tão distantes, quando as famílias se sentavam em bancos de madeira, que serviam como caixotes de lenha, em volta do fogão, que permanecia aceso do amanhecer até a hora de dormir, e conversavam tomando um café coado no coador de pano, servido em um bule esmaltado de cor verde, branco ou azul, dentro de canecas esmaltadas, velhas conhecidas de muitos visitantes, independentemente da descendência. Os mais jovens, que não viveram essas histórias, poderão conhecê-las, viver a experiência e ressignificar esses acontecimentos.

Nem sempre os profissionais que trabalham em museus ouvem os sons dos museus, mas o som emitido por um assoalho de madeira é diferente do som e também da sensação de caminhar sobre o chão batido de uma casa de taipa. Os sons de cada cômodo

de uma edificação histórica são únicos. Imagine subir por uma escada de madeira e caminhar no sótão, ou, ainda, descer por uma escada até o porão; além do som, a temperatura é outra. Os sons são únicos; no entanto, como fazemos parte de uma sociedade visual, precisamos educar nossos ouvidos para conseguir ouvi-los no espaço museal.

Nas ações para a sensibilização, há também a possibilidade de construção de cenários de época. Caso o museu seja a representação de uma casa, existem sons característicos da cozinha de época, como o som do moedor de café, do batedor de manteiga, o trepidar da madeira seca queimando no fogão a lenha, o esticar a massa de doces e de macarrão com rolo de madeira, só para citar alguns exemplos.

É possível recriar sons nos quartos de costura e no quarto dos filhos, que normalmente se localizavam no sótão; nas salas onde eram promovidos os encontros familiares e sociais, como comemorações, reuniões e velórios e também os namoros de antigamente, e onde mais tarde, se ouvia o rádio.

Há ainda os sons que podem ser reproduzidos e que remetem às memórias dos cheiros e gostos, conhecidos pela maioria dos visitantes, independentemente da idade, como os sons do engenho de cana-de-açúcar, onde se produziam açúcar mascavo, melado e rapadura; dos engenhos de farinha de mandioca, dos engenhos de erva-mate e das atafonas, onde se realizava a moagem do milho, transformado em fubá.

A compreensão de como se dá o processo de sensibilização pelo estímulo de todos os sentidos no espaço museal, brevemente relatado neste artigo, foi um conhecimento construído coletivamente por uma parceria firmada entre o Museu do Imigrante de Timbó (SC) e uma instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência visual, chamada Associação de Cegos do Vale do Itajaí (Acevali), que conta com uma equipe multidisciplinar de atendimento às pessoas com deficiência visual.

Os profissionais da Acevali orientaram os educadores do Museu do Imigrante de Timbó na elaboração do projeto de exposição sensorial temporária, intitulada “Esculturas que brotam da terra para ver com as mãos”, e sobre a importância da ação museológica adequada para esse público, priorizando o respeito à liberdade e a autonomia no espaço museal.

O educador Paulo Freire (1983, p. 65) orientava que precisamos ter pelo outro “o mesmo respeito que tenho por mim mesmo”, e que “o respeito à autonomia e à dignidade de cada um é imperativo, ético e não um favor que podemos conceber uns aos outros”. Por isso, não é possível pensar em educação museal e em ações socioeducativas e culturais inclusivas sem conhecer o público atendido e suas necessidades. O conhecimento é imprescindível para o planejamento da mediação adequada.

Durante as ações de sensibilização, há de se lembrar das palavras de Paulo Freire (1983, p. 52): “ensinar não é transferir conhecimento”. Muito mais que informações sobre o

patrimônio material e imaterial, acervo e coleções, a ação museal precisa ser significativa para o visitante, e ele precisa estar representado ou pelo menos integrado nas histórias e memórias do espaço museal, pois o museu é vivo, e não pode ter fim em si mesmo.

6. Algumas alternativas para garantir o acesso no espaço museal

De março de 2013 a fevereiro de 2014, visitamos 12 museus, conforme relatado, e observamos que, assim como a maioria dos 5 mil museus brasileiros, 11 ainda não estão adequados às normas de acessibilidade estabelecidas pelo Icom no Plano Nacional de Museus e no Estatuto dos Museus.

Os museus visitados não garantem ações de sensibilização para as pessoas cegas, nem recursos complementares, como material impresso com escrita ampliada, que atendam às necessidades das pessoas com baixa visão.

Cabe destacar que a exceção é a Pinacoteca de São Paulo, que disponibiliza uma maquete visual da edificação e seus arredores com o propósito de identificação dos espaços, além do Projeto Educativo para Públicos Especiais (Pepe), um projeto pioneiro no Brasil, “que visa garantir a possibilidade de fruição da arte para as pessoas com necessidades sensoriais, físicas ou mentais por estímulos multissensoriais e lúdicos”⁹.

A Pinacoteca também oferece “reproduções de obras bidimensionais e tridimensionais feitas em resina acrílica e borracha texturizadas, extratos sonoros relativos às obras, além de objetos e jogos tridimensionais baseados nas obras originais selecionadas, que são utilizadas nas ações inclusivas”¹⁰.

A comunicação é favorecida pelas legendas escritas em braille; entretanto, no momento da visita (março de 2013), observamos que nas demais salas de exposições não havia os mesmos recursos de escrita em braille e audiodescrição, mas, segundo profissionais que trabalham no local, a instituição tem a intenção de tornar todos os espaços acessíveis. Outro diferencial no atendimento da Pinacoteca é que o visitante, mesmo o público espontâneo, pode solicitar a visita mediada por educadores de museus.

Não podemos deixar de citar como um segundo exemplo de museu acessível o Museu Britânico de Arte Moderna, o Tate Modern, de Londres, que utiliza recurso *on-line* para a visualização ampliada de obras de arte para pessoas com baixa visão.¹¹

⁹ Disponível em: <<http://www.pinacoteca.org.br/pinacoteca-pt/>>.

¹⁰ Disponível em: <<http://www.pinacoteca.org.br/pinacoteca-pt/>>.

¹¹ Disponível em: <<http://www.tate.org.uk/visit/tate-modern>>.

Temos ciência, até mesmo por conhecer a realidade dos museus na condição de profissionais, de que os recursos públicos disponíveis não permitem o investimento para a aquisição de matrizes táteis, réplicas ou recursos como a audiodescrição, aplicativos, comunicação em braille etc. Entretanto, há possibilidade de inscrição de projetos em editais para captação de recursos, conforme mencionado, e as parcerias com instituições e grupos organizados que estão sempre dispostos a ajudar, como os “Amigos dos Museus”. Além disso, existe uma solução rápida para essa questão, que pode ser encontrada em muitos museus históricos: as peças do acervo em duplicidade. Verificamos, em visitas a muitos museus históricos do Brasil nos últimos 10 anos, que a maioria preserva em seu acervo peças em duplicidade, que representam grupos sociais em diferentes contextos históricos. Citamos como exemplos algumas tecnologias de época, utensílios domésticos e objetos de uso comum da população brasileira, como: mobiliário, colchão de palha, indumentárias, acessórios, aparelhos de jantar em porcelana, máquinas de costura, ferros de passar roupas a brasa, peças de enxoval, baús, bules e canecas esmaltadas, batedores de manteiga, pilão, gamelas, moedores de carne, também utilizados para fazer doces, secador e moedor de café, grafonolas e gramofones, rádios, telefones, máquinas de escrever, equipamentos agrícolas, maquinarias utilizadas na fabricação de produtos artesanais, maquinarias industriais, arte sacra, entre outros. Também são comuns artefatos em duplicidade ou réplicas que representam os povos originários, como: equipamentos para caça e pesca, armadilhas, cestarias, indumentárias e objetos utilizados nos rituais religiosos.

A utilização de maquetes de engenhos de açúcar, mandioca e erva-mate, atafonas e serrarias movidas a roda d’água, além de outras representações do patrimônio histórico, são uma alternativa viável e acessível, sendo fabricadas com perfeição por artesãos locais.

Caso a prática da utilização do acervo em duplicidade e maquetes fosse adotada pelo setor museológico, assim como as demais alternativas supramencionadas e outras inúmeras possibilidades que existem, seria possível avançar no sentido de garantir a acessibilidade para as pessoas cegas no espaço museal.

7. Considerações não finalizadas

Esta pesquisa está no início de um caminho que já começou a ser traçado nas décadas de 1940 e 1950 por ilustres teóricos, como Rivière, Kinard, Jahn, Glutinsky, Nestupny, Vazques e Stránsky, que desde daqueles tempos vinham desenvolvendo iniciativas pioneiras no campo museológico. O caminho a ser percorrido está relacionado com o cumprimento da função social do museu e a garantia de acesso permanente para as pessoas cegas e com baixa visão ao patrimônio e ao acervo museológico.

Conforme mencionado, a universalidade de acesso às instituições museológicas está garantida em lei, mas, para que saia do papel, o setor precisa romper as barreiras do desconhecimento sobre esse público.

Esta pesquisa é relevante para a educação museal, pois tem como propósito aprofundar o estudo sobre o museu e sua função social, sugerindo ações museológicas que contribuam para o processo de sensibilização, apropriação de conhecimentos, revivência e ressignificação das memórias.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

HARLOS, Franco Ezequiel. *Sociologia da deficiência: vozes por significados e práticas (mais) inclusivas*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Educação Especial, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2012. 200 p.

KEIM, Ernesto Jacob. *Educação da insurreição*. Jundiaí: Paco, 2011.

KELLER, Helen. Três dias para ver, por Hellen Keller. *Revista Cérebro & Mente*, Universidade Estadual de Campinas, Núcleo de Informática Biomédica, 2002. Disponível em: <<http://www.cerebromente.org.br/n16/curiosidades/helen.htm>>. Acesso em: jun. 2013.

LOMÔNACO, José Fernando Bitencourt; NUNES, Sylvia da Silveira. Desenvolvimento de conceitos em cegos congênitos: caminhos de aquisição do conhecimento. *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional*, Abrapee, v. 12, n. 1, p. 199-138, jan./jun. 2008.

PAGLIUCA, Lorita Marlena Freitag. A arte da comunicação na ponta dos dedos: a pessoa cega. *Revista Latino-am. Enfermagem*, Ribeirão Preto, v. 4, número especial, p. 127-137, abr. 1996. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rlae/v4nspe/v4nea13.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2013.

RABELLO, Suzana; MOTTI Telma Flores Genaro; GASPARETTO Maria Elisabete Rodrigues Freire. Avaliação educacional por meio do teste IAR em escolares com cegueira. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 13, n. 2, p. 281-290, maio/ago. 2007.

SCHEINER, Tereza Cristina. Repensando o museu integral: do conceito às práticas. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: ciências humanas*, Belém, v. 7, n. 1, p. 15-30, jan./abr. 2012.

SITES CONSULTADOS

<<http://www.crfaster.com.br/gfamosos.htm>>

<<http://www.ethelrosenfeld.com.br/personalidades4-hellenkeller.htm>>

<<http://www.icom.com.br>>

<<http://www.icom-portugal.org/pagina,123,124.aspx>>

<<http://www.ibram.gov.br>>

<<http://www.iphan.gov.br>>

<<http://www.icomamerica.com/en/>>

<<http://www.museus.gov.br/>>

<<http://pnem.museus.gov.br/>>

<<http://www.pinacoteca.org.br/pinacoteca-pt/>>

<<http://www.tate.org.uk/visit/tate-modern>>

Recebido em: 19.10.2013
Reformulado em: 3.7.2014
Aprovado em: 7.7.2014